

CPI PEDE PRISÃO DE VALÉRIO

Incineração de provas e combinação de depoimentos são apontadas pelo relator como tentativas de obstruir a Justiça

Aprisão preventiva e a indisponibilidade de bens do empresário Marcos Valério de Souza, acusado de operar o "mensalão", foram solicitadas ontem pela CPI dos Correios. O pedido dos senadores será enviado ao Ministério Público, que, caso se manifeste a favor, deverá encaminhá-lo à Justiça. O requerimento foi aprovado por 19 votos favoráveis e 1 contrário. O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio, citou "claros indícios" de que Marcos Valério deseja obstruir o trabalho da Justiça, ao queimar provas (notas fiscais da empresa DNA) e ao combinar depoimentos com outras testemunhas, como teria feito com o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

Lista de quem recebeu dinheiro chega à CPI

O presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral, informou ter recebido ontem a relação de nomes de pessoas que sacaram dinheiro das contas das empresas do publicitário Marcos Valério. A lista foi repassada pela Polícia Federal ao Supremo Tribunal Federal (STF), cujo presidente, ministro Nelson Jobim, enviou os dados à CPI. Delcídio destacou que a documentação foi apreendida em Belo Horizonte e está à disposição dos parlamentares da comissão.

Páginas 3 a 6



POSIÇÃO Integrantes da CPI entendem que Marcos Valério está obstruindo a ação da Justiça



FRUSTRAÇÃO Alvaro Dias (E) diz que lista nada acrescenta às investigações da CPI



ORDEM Serraglio pretende sistematizar o acesso dos parlamentares aos documentos da comissão



COLABORAÇÃO Representantes do Banco Rural discutem com Delcídio entrega de documentos

Sociedade exige ética, diz Maciel

O aperfeiçoamento das bases éticas das instituições para ajustá-las às expectativas e esperanças da sociedade – essa é a exigência do momento, segundo Marco Maciel.

Página 6

Crime pode tirar cargo de servidor

Proposta do senador Pedro Simon prevê afastamento automático do serviço público do servidor que praticar crime ou contravenção de qualquer natureza.

Página 2

Suplicy propõe reunião com Celso Amorim

As providências adotadas pelo governo no episódio da morte de brasileiro em Londres podem ser discutidas em reunião de comissões do Senado e da Câmara.

Página 8

Crivella quer combater quadrilhas de "coiotes"

O presidente da CPI da Emigração Ilegal, senador Marcelo Crivella (*na foto, à direita*), afirmou ontem que é de fundamental importância

desbaratar no país as quadrilhas de "coiotes", especializadas em levar brasileiros para o exterior, principalmente para os Estados Unidos. Cri-

vella lembrou que os "coiotes" agem em especial no leste do estado de Minas Gerais, seduzindo pessoas, geralmente as mais simples.

Página 8





OBSTÁCULO Raupp diz que "fúria arrecadatória" sufoca empresas e impede aumento de empregos

Raupp: tributos e juros agravam desigualdades

O agravamento das desigualdades sociais no país tem duas fortes razões, conforme avaliação feita ontem pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO): a excessiva tributação sobre o setor produtivo e o alto nível da taxa básica de juros praticada pelo Banco Central, hoje em 19,75%.

– Somos a 14ª economia do mundo, mas ainda detemos uma das maiores concentrações de renda do planeta – afirmou, ressaltando que a "fúria arrecadatória" sufoca empresas, impede o aumento da oferta de empregos, estimula a sonegação e aumenta o contingente de excluídos.

Citando dados do Instituto Brasileiro de Política Tributária, Raupp informou que 49% da arrecadação do governo vem de impostos indiretos, enquanto nos Estados Unidos e no Japão, respectivamente, esse gênero de tributo responde por apenas 16% e 11% das receitas.

Raupp quer a redução da taxa básica de juros para 12,75%. Assim, avalia, as empresas terão acesso a capital mais barato e, conseqüentemente, vão criar mais postos de trabalho, uma forma de amenizar as disparidades sociais.

Projeto regula demissão de servidor por prática de crime

■ Pedro Simon quer mudar legislação atual, que prevê perda de cargo apenas por delito contra a administração

O servidor público poderá perder automaticamente seu cargo ou função pública por prática de crime ou contravenção de qualquer natureza – e não apenas, como estabelece a legislação atual, ao sofrer condenação judicial por crime ou contravenção praticada com abuso de poder ou por violação de dever para com a administração pública. Proposta



PUNIÇÃO Simon quer reduzir chance de um homicida ou traficante permanecer no serviço público

nesse sentido (PLS 217/05) foi apresentada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) e está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão

terminativa.

O autor explica que o projeto é fruto de discussões realizadas pela Comissão Especial de Investigação, criada no governo Itamar Franco para apurar indícios de ilícitos contra a administração pública. Os resultados dos trabalhos foram enviados ao presidente, para que ele encaminhasse ao Congresso projeto de lei sobre o assunto, o que não foi feito. Simon, então, decidiu aproveitar elementos relativos à demissão de servidor público em sua proposta.

O documento da comissão mostra que a legislação atual – Decreto-Lei 2.848/40, alterado pela Lei 7.209/84 – exige três

condições simultâneas para que o servidor seja demitido por efeito de sentença condenatória: o crime deve ser cometido com abuso de poder ou violação de dever para com a administração e estar apenado com sentença de um ano; a pena privativa de liberdade aplicada deve ser superior a quatro anos; e esses efeitos devem estar motivados e declarados na sentença.

Nos termos do documento, "é um impossível jurídico" demitir do serviço público um traficante, um homicida, um esturador ou um assaltante se o crime for cometido fora da repartição ou se não tiver relação direta e imediata com o serviço público.

Agenda

Sessão destinada a debates

A sessão de hoje do Senado Federal tem início às 10h. Sem votação de projetos, ela se destina a debates de senadores. As propostas somente voltam

a ser discutidas em Plenário na próxima semana, quando serão analisadas medidas provisórias que destinam recursos para vários ministérios.



Afonsinho na Rádio Senado

A Rádio Senado apresenta o programa *Escala Brasileira*, às 23h de hoje, com reprise de entrevista com o compositor Afonsinho. O som acústico é uma das fortes características do artista, um dos fundadores do Grupo Hanói-Hanói nos anos 80,

que gravou os hits *Totalmente Demais* e *Rádio Blá*. É autor, ainda, ao lado de Chico Amaral (seu parceiro mais constante), do primeiro sucesso do Skank, *Gentil Loucura* – que fez parte da trilha sonora da novela *O Mapa da Mina*, da Rede Globo.

Visita guiada

O Senado oferece visitas guiadas por toda a Casa, que começam no Salão Negro do Congresso, entre 9h30 e 17h, inclusive nos fins de semana e feriados. As visitas se iniciam a cada 30 minutos.

Perguntas e sugestões

O serviço Alô Senado recebe ligações gratuitas, de todo o território nacional, pelo telefone 0800 612211, durante 24 horas. As perguntas, sugestões e reclamações são encaminhadas aos órgãos competentes.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Lobão lamenta derrota brasileira

O senador Edison Lobão (PFL-MA) lamentou ontem a recente rejeição do nome do ex-ministro João Sayad para a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

– O melhor nome que poderia ter sido apreciado naquele conclave, lastimavelmente, não foi aceito – afirmou Lobão, observando que Sayad, além de técnico de grande valor, é um homem público experiente e poderia oferecer contribuição significativa no cargo.

Para o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), a rejeição é mais um indício de que a posição brasileira está taticamente equivocada. Ele lembrou que, não faz muito tempo, o embaixador Seixas Correia também foi preterido para a diretoria geral da Organização Mundial do Comércio.

Arthur Virgílio presta contas

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) registrou a publicação, ontem, no *Diário do Senado*, da prestação de contas de sua campanha para o Senado. O material continha pareceres do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público da União (MPU) sobre as contas, além de discurso em que Virgílio rebateu que teria recebido contribuição eleitoral da empresa Skymaster, acusada de ser beneficiada em licitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para transporte aéreo.

Assim como assumiu a responsabilidade de prestar contas sobre sua campanha, Virgílio também recomendou aos outros 80 senadores que sigam o mesmo procedimento. "Chega de o Brasil ser o país do caixa dois", afirmou.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Para relator da CPI, há claros indícios de que empresário acusado de operar o "mensalão" deseja obstruir o trabalho da Justiça. Comissão aprova indisponibilidade de bens de Valério e quebra dos sigilos das empresas dele e de sua esposa

CPI pede prisão preventiva de Marcos Valério

A comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que apura denúncias de corrupção nos Correios aprovou, ontem, requerimento pedindo a prisão preventiva e a indisponibilidade de bens do empresário Marcos Valério de Souza, acusado de operar o esquema do "mensalão". O pedido será enviado ao Ministério Público, que, caso seja favorável à solicitação, o encaminhará ao Judiciário.

O requerimento foi aprovado com 19 votos a favor e 1 contra. O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), explicou que o pedido foi feito porque há claros indícios de que Marcos Valério deseja obstruir o trabalho da Justiça, ao queimar provas (notas da empresa DNA) e, supostamente, combinar depoimentos com outras testemunhas, como teria feito com o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. A posição de Serraglio foi apoiada por parlamentares do governo e da oposição.

– Hoje há fatos que indicam



DELIBERAÇÃO Presidida por Delcídio Amaral, CPI dos Correios também aprova diversos requerimentos de quebra de sigilos

efetiva obstrução da Justiça – disse Serraglio.

Aplicações

Foram aprovados requerimentos transferindo para a CPI os sigilos bancário, fiscal e telefônico, desde 1997, de empresas de propriedade ou controladas por Marcos Valério ou Renilda Santiago de Souza, sua esposa. A comissão decidiu

quebrar o sigilo bancário referente a aplicações das empresas e da conta particular de Valério no Banco de Brasília (BRB) desde janeiro de 2003. A CPI acolheu também requerimento requisitando todos os relatórios enviados pelo BankBoston ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

A CPI aprovou ainda um blo-

co de 14 outros requerimentos, entre eles os de solicitação de listas de pessoas que se identificaram, desde janeiro de 2003, na sede da Casa da Moeda e na torre de escritórios do Brasília Shopping.

Na mesma reunião, a comissão aprovou pedidos de informações sobre lotes de camisetetas dos Correios que foram

rejeitadas por terem sido consideradas inadequadas; sobre dois funcionários da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e sobre mapas de mídia de anúncios da estatal feitos pela SMP&B, acompanhados de notas fiscais. Outro requerimento pede informações de investigação da polícia sobre saques feitos em nome de Jonas Pinho, falecido em 1999, em agência do Banco Rural de Belo Horizonte (MG).

O relator, ao final da reunião, pediu aos parlamentares que ajudem a formular a definição das competências da CPI dos Correios, de forma que não entre em conflito com a comissão que investiga o "mensalão". Serraglio também sugeriu que os parlamentares reconsiderem algumas das convocações para depoimentos já aprovadas, visando permitir que as oitivas possam ser feitas pela Polícia Federal, com o objetivo de agilizar as investigações.

Tuma defende funcionamento integrado de comissões

A CPI do Mensalão precisa estabelecer um cronograma de trabalho o mais rápido possível, pois já há muito a ser feito em decorrência das informações apuradas pela CPI dos Correios. A avaliação foi feita ontem pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), que também defendeu o funcionamento integrado das duas comissões parlamentares de inquérito.

– É tudo interligado e eu acho que o correto seria uma CPI só. A movimentação financeira investigada pela CPI dos Correios tem de ser repassada para a CPI do Mensalão, para vermos se o dinheiro serviu para pagar parlamentar. Temos de fazer um trabalho de ligação entre os documentos e examinar tudo com muita cautela. Não podemos nos precipitar na análise de documentos fragmentados, pois aí não poderemos montar direito um mosaico da história que queremos investigar – advertiu Tuma.

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio, também defendeu o repasse das informações

apuradas pela CPI do Mensalão. Essa comissão vai investigar a suposta compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

– Tudo o que está sendo apurado pela CPI dos Correios vai ser repassado para abreviar os trabalhos da CPI do Mensalão. Isso não significa que eles não possam refazer o trabalho. Nós ouvimos certas pessoas sob um enfoque e eles podem querer ouvir por outro, mas tudo será repassado, assim como nós aproveitamos informações da Polícia Federal e do Ministério Público – disse Osmar Serraglio.

O cronograma de trabalho da comissão parlamentar de inquérito que investigará o esquema do "mensalão" deverá ser definido nesta segunda-feira, durante reunião administrativa marcada para 18h.

Embora o depoimento do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) esteja previsto para a quarta-feira, o senador

Ney Suassuna (PMDB-PB) acredita que os integrantes da comissão terão primeiro de avaliar a permanência do relator, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), cujo filho, Paulo Abi-Ackel, recebera doações, para sua campanha política, do empresário Marcos Valério, segundo reportagem publicada pelo jornal *O Globo*.

– As primeiras reuniões da comissão terão de tratar do assunto. O relator é um homem probo e honesto. Mas o Brasil vive hoje tempos muito difíceis, em que qualquer denúncia se torna rapidamente uma grave acusação. O deputado deverá dar explicações para em seguida podermos elaborar um roteiro de trabalho – afirmou Ney Suassuna.

Em nota de esclarecimento, o deputado Ibrahim Abi-Ackel explicou que a contribuição foi feita pelo setor financeiro da campanha majoritária de Eduardo Azeredo e Clésio Andrade, respectivamente candidatos a governador e vice-governador de Minas Gerais, em 1998.



AFINIDADE Tuma lembra que as contas investigadas por uma comissão terão de ser repassadas à outra



CPI dos Correios recebe do STF lista das pessoas que sacaram dinheiro de contas das empresas do publicitário Marcos Valério, mas documentos não trazem novidade, segundo parlamentares. Comissão terá nova rotina de trabalho

Lista de quem recebeu de publicitário chega à CPI

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, Delcídio Amaral (PT-MS), informou ontem ter recebido a lista de nomes de pessoas que sacaram dinheiro das contas das empresas do empresário Marcos Valério, acusado de ser o operador do "mensalão". A lista foi repassada pela Polícia Federal ao Supremo Tribunal Federal (STF), cujo presidente, ministro Nelson Jobim, enviou os dados à CPI.

Delcídio anunciou que pretende, junto com o relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), criar novas rotinas de trabalho da CPI.

– Lidamos com muitos dados sigilosos, confidenciais. Precisamos ter muito zelo com essa documentação até porque

o mercado tem oscilado em função de posicionamentos da CPI, até em relação a supostos documentos que chegam à comissão – disse.

A proposta de Serraglio é que, durante duas horas diárias, uma pela manhã, outra à tarde, os técnicos da comissão fiquem à disposição dos parlamentares para análise de documentos. Também ficou decidido que serão criadas duas sub-relatorias para agilizar as investigações, uma com foco na área financeira, que ficará a cargo do deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), e outra destinada à análise de contratos, provavelmente sob responsabilidade do deputado Carlos Abicalil (PT-MT).

Serraglio garantiu ainda que não há dificuldade no acesso

aos documentos da CPI. Segundo o relator, muitas vezes ele mesmo toma conhecimento de informações depois de outros parlamentares, já que acompanha as audiências enquanto outras pessoas estudam os documentos.

O relator informou ter recebido documento do vice-governador de Minas Gerais, Clésio Andrade, com dados sobre a saída dele da sociedade na SMP&B, empresa transferida para Marcos Valério, que depois passou para o nome da mulher, Renilda Santiago de Souza.

A comissão realizará na terça-feira reunião administrativa e, na quarta-feira, será feita oitiva com dois funcionários da SMP&B, Simone Reis Vasconcelos e Davi Rodrigues Alves.

Documentos do Supremo frustram Alvaro

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que os documentos entregues ontem à CPI dos Correios pelo Supremo Tribunal Federal não acrescentaram dados novos às investigações. Os documentos vinham sendo aguardados com grande expectativa, pois especulava-se que eles conteriam uma lista de sacadores das contas das agências do publicitário Marcos Valério no Banco Rural. A suposta lista traria nomes de parlamentares e de seus assessores.

No entanto, de acordo com o senador tucano, entre cheques, extratos, pagamentos e comunicações, os papéis apresentados apontam apenas os nomes



LISTA Alvaro Dias afirma que a bomba esperada pela CPI virou traque. Os nomes já são conhecidos

já conhecidos pela imprensa. Alvaro Dias citou, por exemplo, Jacinto Lamas, ex-tesoureiro do PL, e João Cláudio de Carvalho Genu, ex-chefe de gabinete do líder do PP na Câmara dos

Deputados, José Janene (PR), além dos deputados Carlos Rodrigues (PL-RJ) e Josias Gomes (PT-BA).

– A bomba virou traque, e há uma enorme frustração. Nós temos aí documentos que já tínhamos, nomes que já conhecíamos. Nada se acrescentou para a investigação – disse.

Para o senador, a novidade foi a informação de que a sócia do publicitário Duda Mendonça, Zilmar Fernandes Silveira, teria sacado R\$ 500 mil, e não R\$ 250 mil, como havia sido noticiado anteriormente. Ele acredita que os documentos reforçam evidências de que o "mensalão" existiu.



INFORMAÇÃO Delcídio Amaral (C) preside a reunião de parlamentares com representantes do Banco Rural, que ofereceram colaboração à CPI

Movimentação no Banco Rural deve ser esclarecida logo

O presidente e o relator da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral e deputado Osmar Serraglio, encontraram-se ontem com representantes do Banco Rural. O objetivo foi a formação de uma equipe de técnicos destinada a cuidar dos interesses da comissão na instituição financeira.

O Banco Rural colocou à disposição da comissão dois técnicos e um representante institucional. O advogado do banco, José Carlos Dias, garantiu que, ao contrário do que vêm afirmando alguns parlamentares, o Banco Rural não está dificultando o acesso da CPI aos documentos. Segundo o advogado, o banco quer "colaborar".

– É uma questão de cidadania. Sabemos que é o nosso país que está em jogo. O banco está colaborando para que a CPI investigue todas as operações ilegais – afirmou.

Para Delcídio Amaral, o balanço da reunião é positivo. Segundo o senador, houve

problemas de interpretação nos documentos que foram encaminhados anteriormente ao banco, o que não deve voltar a acontecer. Ele acredita que, até a próxima semana, as origens e os destinos dos recursos movimentados no Rural estarão esclarecidos.

Delcídio salientou que alguns membros da CPI vêm dando "declarações irresponsáveis" à imprensa no que diz respeito ao Banco Rural.

– Os fatos têm que ser muito bem colocados, pois começa a haver dúvidas em relação a instituições financeiras. Temos que ter precaução e bom senso, pois a CPI tem uma responsabilidade muito grande – alertou.

O senador também conversou ontem com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. O objetivo foi montar uma "matriz de informações" que facilitará a manipulação dos dados referentes ao sistema financeiro. O Banco Central também irá disponibilizar técnicos para a comissão.

Relator diz que parlamentares têm acesso a documentos

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio, disse ontem que os integrantes da comissão têm acesso aos documentos sigilosos em poder da CPI muito antes dele e do presidente do colegiado, senador Delcídio Amaral. Por isso, observou, qualquer acusação de impedimento ao acesso não é

verdadeira.

– É injusta essa manifestação – afirmou ele.

Os técnicos da comissão vêm enfrentando dificuldades para trabalhar, disse Serraglio, já que precisam atender aos vários parlamentares do colegiado. Por isso, a CPI vai tentar sistematizar o acesso aos documentos, determinando

períodos por dia nos quais os parlamentares, acompanhados dos técnicos da comissão, poderão avaliá-los.

O deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) sugeriu que a comissão prepare relatórios ou pareceres sobre a documentação já analisada. Já o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) pediu que a CPI ana-

lise a possibilidade de que técnicos dos bancos BMG e Rural ajudem a avaliar e sistematizar os papéis enviados, da mesma forma que o Banco do Brasil fez. O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) defendeu ainda a idéia de se indicar um representante de cada partido para que, permanentemente, possa ter acesso aos documentos.



DEMANDA Serraglio reconhece que técnicos da comissão enfrentam dificuldades para trabalhar



Uma agenda mínima para manter o Brasil funcionando enquanto se apuram denúncias de corrupção é a proposta de Virgílio. César Borges diz que país vive uma de suas maiores crises políticas e Ideli garante que Lula vai cumprir seu mandato até o fim

Ideli Salvatti defende respeito às instituições democráticas

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) cobrou ontem respeito às instituições democráticas. Ela lembrou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito por 53 milhões de brasileiros e vai cumprir o seu mandato. Sua reeleição só depende do povo conceder-lhe mais um mandato, completou. Para a parlamentar, não existe hoje alternativa a não ser respeitar o que o povo decidir.

– É do povo que emana o poder – disse a senadora, completando que o país já experimentou outros caminhos, que não voltará a trilhar.

Ideli registrou que recente pesquisa do DataFolha atestou que metade dos brasileiros não consegue identificar um político honesto. Os que conseguem citar algum nome colocam Lula, com 19%, como o político mais honesto do país. O segun-

do lugar fica nove pontos atrás. Segundo Ideli, a pesquisa é um alerta de como a população está enxergando os fatos e a atuação dos parlamentares em um momento em que várias comissões parlamentares de inquérito estão em funcionamento. Com isso, todos têm de dar demonstração inequívoca da responsabilidade com os fatos.

A senadora se referiu aos

últimos acontecimentos quando surgiram dados de que também partidos da oposição fizeram retiradas das contas de Marcos Valério.

– Corrupção não tem data de validade e também não tem história de foco, como alguns estão afirmando, de que é preciso investigar mas não mudar o foco, só porque apareceram outras denúncias – afirmou Ideli.



PESQUISA Ideli lembra que 19% das pessoas ouvidas acham que Lula é o político mais honesto

Virgílio anuncia que PSDB proporá agenda mínima

O PSDB apresentará em breve proposta de agenda mínima para o país. O anúncio foi feito ontem pelo líder do partido, senador Arthur Virgílio (AM). A proposta consiste em investigar todas as denúncias de corrupção e assegurar o compromisso de manter o Brasil funcionando.

De acordo com o senador, a agenda mínima começa na apuração das denúncias de “assalto aos cofres públicos” e passa para a votação de matérias essenciais ao bom andamento da economia brasileira.

Para o parlamentar, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva



COMPROMISSO Para Arthur Virgílio, agenda mínima começa com a apuração de todas as denúncias

passará para a história como o governo do quadriênio perdido, e a salvação do que resta

de sua gestão seria a votação da chamada agenda mínima para que o país pudesse continuar até as próximas eleições.

– Pena que já não possa ser agenda máxima. O governo Lula jogou fora três anos, e o que resta fica mesmo para uma mínima agenda – afirmou o senador.

Arthur Virgílio lembrou que algumas pessoas já até consideram que este governo acabou, citando declarações do líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, e artigo de Arnaldo Jabor, que escreve às terças-feiras no jornal *O Globo*.

Pavan sugere apuração distinta para denúncias

No momento em que surgem denúncias de repasse de recursos pelo empresário Marcos Valério de Souza a políticos do PSDB, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) disse que é preciso apurar possíveis ilicitudes em campanhas eleitorais do passado, mas sem misturar esses episódios com as supostas propinas pagas a parlamentares aliados do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

– Tentam levar tudo para a mesma vala e trazer outros temas para tentar diminuir a corrupção – acredita.

De acordo com Pavan, seu partido não vai fazer campanha pelo “fora Lula”, já que torce para que a CPI dos Correios identifique e reivindique a punição dos culpados por eventuais desvios praticados pelo Partido dos Trabalhadores e pelo governo Lula. Os tucanos esperam ainda, conforme o senador, que o PT possa resgatar os lemas da ética, honra e transparência, temas que sempre defendeu no exercício da política.



ORIGEM Leonel Pavan espera que PT resgate a ética, honra e transparência



MOMENTO César Borges afirma que o Brasil passa por uma das maiores crises políticas de sua história

Borges: oposição nunca pregou impeachment

“Em momento nenhum a oposição desta Casa pregou o fora Lula, nem o *impeachment*”, afirmou o senador César Borges (PFL-BA), em Plenário, ao comentar artigo da jornalista Tereza Cruvinel, publicado ontem no jornal *O Globo*. No texto, a jornalista diz que “houve notável recuo da oposição, que anteontem afirmava nunca ter pensado em pedir o *impeachment* de Lula”.

César Borges afirmou que o governo Lula não cumpriu os compromissos assumidos com o país e o povo brasileiro, de transformar o Brasil em uma nação mais justa, mais desenvolvida e mais limpa.

– Sem sombra de dúvidas, essa é uma das maiores crises políticas depois da redemocratização. O país está estarecido com a malversação de recursos públicos, com a formação de quadrilhas que assaltam o erário, e com a criação de uma base parlamentar artificial. Não foi essa a proposta do Partido dos Trabalhadores – avaliou o senador baiano.

Suassuna critica "paranóia denunciasta"

Para o senador Ney Suassuna (PB), líder do PMDB, existe atualmente grave onda de denúncias, o que acaba “tirando a energia do Brasil” e paralisando os trabalhos do Congresso Nacional. Ele acredita que a nação vive tempos difíceis com essa “paranóia de denunciamentos”. Suassuna afirmou ser necessário apurar todas as suspeitas de corrupção, mas sem descuidar do dia-a-dia do país.

– Estatísticas de nossa Casa: 90% dos discursos são de acusação e denúncias. A oposição não faz mais sugestões, não traz projetos. Por parte do governo é só defesa, e alguns se curvam ao denunciamento – reclamou o senador.

Suassuna opinou que denunciar é direito e dever da



PROJETOS Suassuna diz que apuração não deve impedir trabalho do Congresso em favor do país

oposição, mas disse que os opositores devem também apresentar sugestões e projetos para a nação. Ele pediu aos colegas congressistas, da Câmara e do Senado, que não façam apenas denúncias ou defesas, mas trabalhem pelo avanço do



Denúncias envolvendo direção do partido revoltaram "o coração e as mentes da comunidade petista", reconhece senadora

PT deve reconstruir bases e recuperar espaço, diz Serys

Serys Shlessarenko (PT-MT) defendeu a reconstrução das bases do Partido dos Trabalhadores como a melhor forma de corrigir os desvios de rota praticados por integrantes da agremiação. A senadora ressaltou que tem se empenhado em reconstruir as bases do partido e recuperar o espaço do PT em seu estado e no país.

Serys defendeu a reação dos militantes, "por aquilo que o PT representa na estrutura dos partidos no país e por sua caminhada histórica em prol da classe trabalhadora". Segundo ela, o partido merece respeito "pelos homens e mulheres que deram sua vida em prol da melhoria da sociedade brasileira".

A senadora afirmou que as denúncias envolvendo o ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares, o ex-secretário-geral Sílvio Pereira e o ex-presidente José Genoino não só foram surpreendentes, mas choca-



Fotos: J. Freitas
MUDANÇA Serys propõe que se faça "uma completa renovação dos quadros dirigentes"

ram e revoltaram "o coração e as mentes da comunidade petista".

Serys acredita, no entanto, que há muitos interessados em acabar com a esperança de que possa existir honradez no partido. Essas pessoas, enfatizou, também não querem que os trabalhadores tenham seus interesses de classe defendidos e tentam fazer com que a confissão de Delúbio Soares,

de ter administrado um caixa dois de campanha, consiga abalar o carisma do PT. Como resultado, avaliou a senadora, diversas lideranças pediram o desligamento do partido.

– Pessoas das mais diversas regiões e profissões estão identificadas pelo desejo de depuração da prática política. Para superar essa fase danosa, nada mais justo que se faça uma completa renovação dos quadros dirigentes, a partir da manifestação direta de nossos filiados, no dia 18 de setembro. Todos os petistas votando de forma direta irão decidir os melhores rumos para o PT superar esses tempos sombrios – ressaltou a senadora.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que a correção dos rumos irá depender "das medidas que o partido e o presidente Lula venham a tomar." A senadora também foi apartada por Leonel Pavan (PSDB-SC).



PAPEL Segundo Mão Santa, autênticos do PMDB contribuíram para fixar regime democrático

a peemedebista Rita Camata como vice, Mão Santa informou que votou no presidente Lula, decisão da qual admitiu sentir grande arrependimento.

Mão Santa: PT não ajudou a construir a democracia

O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse ontem, da tribuna do Senado, que o Partido dos Trabalhadores não tem nada a ver com a construção do regime democrático brasileiro. O parlamentar atribuiu essa missão aos "autênticos do PMDB", grupo que foi integrado, por exemplo, pelo "menestrel das Alagoas" e líder da campanha das Diretas Já, Teotônio Vilela.

Apesar de excluir o PT desse processo, Mão Santa defendeu

a existência do partido e adiantou a disposição do PMDB de enfrentá-lo "de peito aberto".

– Defendemos a participação democrática, pois a democracia só será forte com partidos fortes – assinalou.

Em aparte, o senador Valdir Raupp (RO) ressaltou estar no PMDB há 25 anos e se considerar, portanto, um autêntico peemedebista. Ao contrário de Raupp, que revelou ter votado para presidente em José Serra, pelo fato de o candidato ter



AVALIAÇÃO Para Marco Maciel, prosperidade mundial não afasta incertezas em relação ao futuro

Maciel: sociedade exige resposta a suas demandas

Ao opinar que as instituições políticas e econômicas sofrem em todo o mundo críticas generalizadas, o senador Marco Maciel (PFL-PE) comentou que o momento atual exige, sobretudo da classe política, o aperfeiçoamento das bases éticas das instituições para ajustá-las às expectativas e esperanças da sociedade.

– Considero que a legitimidade do poder contemporâneo não se esgota na sua investidura, mas decorre também, e sobretudo, do seu exercício. A legalidade da origem de todo o poder político é apenas o aspecto formal de sua juridicidade. O aspecto funcional de seu desempenho está cada vez mais condicionado ao seu exercício. Ou seja: o poder não será tão mais legítimo quanto mais seu desempenho corresponder ao que os especialistas chamam de sua "imagem social", ou à expectativa que dele tenha o conjunto dos cidadãos.

Conforme o senador, as próprias práticas políticas estão sendo vistas como insuficientes para superar os desafios do presente e ineficazes para enfrentar os obstáculos do futuro. O mesmo ocorre com as instituições econômicas. Ele citou como exemplo o fato de que, a despeito de nunca ter havido tanta prosperidade mundial, nunca houve tamanha incerteza quanto ao futuro, já que a pobreza continua a crescer e o fosso entre os ricos e pobres também.

Exemplo chileno

Marco Maciel parabenizou o presidente Ricardo Lagos e o povo chileno pela aprovação de uma emenda constitucional que, na sua avaliação, representará a conclusão do processo de transição para o Estado democrático de direito daquele país. A promulgação da medida está prevista para o dia 16 de agosto.

Diferentemente do Brasil, comparou Marco Maciel, o Chile iniciou seu processo de transição do regime militar para a democracia por meio de medidas que buscaram a estabilidade econômica. A busca do combate à inflação e de uma legislação que garantisse a segurança para a atração de capitais estrangeiros foi priorizada.

– Isso explica por que o Chile progrediu tanto nos últimos anos sob o ponto de vista econômico, chegando inclusive a assinar um acordo comercial com os Estados Unidos e também estabelecer vínculo, como membro associado, do Mercosul – afirmou Maciel.

Já o Brasil, acrescentou Maciel, somente passou a investir na abertura econômica depois da Constituição de 1988. Ele destacou que a aprovação do Plano Real, em 1994, foi o passo decisivo que permitiu que o país, ao lado da estabilidade política, passasse a contar também com uma economia mais estável.

Entre as medidas aprovadas recentemente no Chile, o senador citou a redução de seis para quatro anos do mandato do presidente da República sem direito a reeleição, a eliminação dos senadores designados e vitalícios e a permissão para o Legislativo criar comissões parlamentares de inquérito.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) opinou que o sucesso do Chile deve-se, sobretudo, aos investimentos que sucessivos governos dedicaram às áreas de cultura e educação. Ele citou como exemplo o fato de o atual governo ter conseguido aprovar recentemente uma lei que estimula os chilenos a dominarem no mínimo duas línguas.

Museu do Senado

Uma história de arte

O Senado Federal possui um museu para relembrar a sua importante presença na vida do Brasil. Venha conhecer de perto a nossa história.

Museu do Senado
www.senado.gov.br



24 e 6ª Fev
Manhã - 9h30 às 11h30
Tarde - 14h30 às 17h30
Sábados, domingos e feriados
10h 11h 12h 13h 14h
Informações: 311-4331/4028



AÇÃO Luiz Otávio diz que multa de R\$ 20 milhões aplicada pelo Ibama pode servir de exemplo para o Brasil

Luiz Otávio elogia ação do Ibama no sudeste do Pará

A operação realizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na localidade de Anapu, município de Altamira (sudeste do Pará), na última segunda-feira, quando os guardas florestais identificaram e multaram em R\$ 20 milhões o fazendeiro responsável por uma queimada em uma área de 9 mil hectares de floresta, foi citada ontem pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA) como "um exemplo para o Brasil".

– Quando o Estado se estrutura adequadamente, como foi o caso ali, há sempre condições para o cumprimento das suas metas – afirmou.

O senador citou matéria que o *Jornal Nacional* da TV Globo colocou no ar na noite de terça-feira sobre o incêndio, na qual técnicos do Ibama informaram que devem ter sido queimados aproximadamente 2 milhões de árvores em cerca de seis meses. De acordo com essas fontes, parte da mata destruída fica na recém-criada estação ecológica da Terra do Meio, área de preservação ambiental.

CPI dos Correios

De acordo com Luiz Otávio, o trabalho de cobertura que a imprensa vem fazendo das reuniões da CPI dos Correios tem permitido que os debates sejam levados para todos os estados e municípios brasileiros. A população, segundo ele, está discutindo, permanentemente, sobre os depoimentos "dos astros e estrelas" que ali comparecem, pois "virou uma moda falar-se sobre a CPI em todo país".

O senador destacou que a Internet tem sido consultada "por milhões de pessoas" e sua rapidez permite que as posições dos formadores de opinião, como promotores, juízes e até membros dos tribunais superiores, sejam conhecidas.

Antonio Carlos exige aumento para servidores civis e militares

■ Senador lembra que presidente Lula prometeu elevar os vencimentos dos militares em 23%

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o cumprimento da promessa feita no ano passado de conceder um aumento de 23% aos militares. Lembrando que o próprio ministro da Defesa, o vice-presidente José Alencar, já anunciou a importância da concessão do reajuste, o senador pediu também que os servidores civis tenham seus vencimentos aumentados.

– Acabo de ouvir que o presidente Lula sancionou o reajuste dos salários dos ministros do



INTENÇÃO ACM observa que presidente autorizou aumento para ministro do STF pensando no futuro

Supremo Tribunal Federal. Nada mais justo, nada mais correto. Entretanto, quero dizer que ele está brincando com o funcionalismo federal, que não vê aumento há muito tempo, que não ganha "mensalão", não tem oportunidade de ver seus filhos receberem recursos

da Telemar ou nem sequer dispõe de partidos políticos para emprestar dinheiro para a sua sobrevivência – ironizou Antonio Carlos.

Na avaliação do senador pela Bahia, o presidente Lula autorizou rapidamente o aumento para os ministros do STF por saber que futuramente poderá ser julgado pelos integrantes daquela corte. Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que, quando Antonio Carlos iniciou seu pronunciamento falando que o presidente tinha sancionado um reajuste, imaginou que tivesse sido o dos militares.

– Mas agora, que vossa excelência informou que o reajuste sancionado foi para os ministros do STF, sinto vontade de chorar pela decepção que senti e também por constatar

a amargura pela qual está passando o povo brasileiro – afirmou Romeu Tuma.

Também em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) classificou de "indignidade e imoralidade" o salário pago ao funcionalismo. Ele disse que, no Brasil, o salário mínimo é de R\$ 300 e o teto salarial do serviço público ultrapassa R\$ 21 mil, enquanto nos países considerados modernos o maior salário pago gira em torno de dez vezes o valor do menor.

Antonio Carlos negou ainda que seja a favor do *impeachment* do presidente Lula. Embora ache que Luiz Inácio Lula da Silva mereça ser impedido de ocupar o cargo, o senador garantiu que prefere vê-lo sendo afastado do poder pelo povo brasileiro, mas por meio do voto.

TSE faz sorteio de locais para *outdoors* sobre referendo

Até 1º de agosto, as agências de publicidade que participarão das campanhas do referendo sobre proibição de venda de armas no Brasil deverão cadastrar-se para participar do sorteio de locais de exibição de *outdoors*. O sorteio será realizado no dia 14 de agosto, de acordo com as normas publicadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O referendo será realizado no dia 23 de outubro.

Para participar dos sorteios dos locais de *outdoors*, as agências deverão relacionar os pontos disponíveis para a veiculação da propaganda, classificados de acordo com o maior ou menor impacto visu-

al desses cartazes, inclusive os eletrônicos.

Os locais de publicidade destinados aos *outdoors* serão divididos igualmente entre as frentes parlamentares que defenderão as respostas "sim" ou "não" à pergunta proposta na consulta popular, sobre a comercialização de armas de fogo e munições.

A partir de 1º de agosto debates poderão ser transmitidos pelas emissoras de rádio e televisão. Também começa nessa data o prazo legal para a promoção de comícios, *shows* e eventos promovidos para mobilizar a opinião para o referendo. Com esse mesmo objetivo, começa no dia 8 de

setembro a campanha do TSE, com 15 minutos diários em rede nacional de televisão e rádio.

As frentes parlamentares, porém, somente poderão realizar as campanhas no horário gratuito de rádio e televisão do dia 23 de setembro ao dia 20 de outubro, três dias antes da consulta.

Liderada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, a Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas fará a campanha pelo voto "sim". Essa frente defende a idéia de que a segurança pública é um dever do Estado. A campanha será fundamentada em pesquisas e estudos que mostram o co-

mércio de armas como uma das causas da violência.

Em oposição a essa idéia foi criada a Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa, que fará a propaganda a favor das armas e pelo voto "não" no referendo.

Pesquisa

De acordo com pesquisa realizada pelo Ibope no período de 14 a 18 deste mês, 81% dos eleitores com mais de 16 anos pretendem se pronunciar a favor da proibição da venda de armas de fogo e munições no país, o que formaria uma grande base de apoio da campanha liderada pela Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas.



PAZ Armas são destruídas depois de campanha que mobilizou o país: no referendo, o povo decidirá se a comercialização será proibida

Suplicy propõe audiência pública com Celso Amorim

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quer que as comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE) e da Câmara realizem reunião conjunta para ouvir o chanceler Celso Amorim. O senador disse ter apresentado requerimento solicitando que o ministro informe as providências adotadas pelo governo brasileiro junto ao governo

britânico para elucidar o episódio da morte de Jean Charles de Menezes por policiais, no metrô londrino. Ele também quer informações a respeito do estágio das negociações visando à libertação do engenheiro brasileiro seqüestrado no Iraque, João José de Vasconcellos Júnior.

O parlamentar informou, da tribuna, que a família do engenheiro

recorreu ao presidente Lula para saber se João José estaria vivo e em poder de rebeldes. O senador lembrou que chefes de Estado se empenham na libertação de reféns, citando o presidente francês Jacques Chirac e o primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi.

Eduardo Suplicy lamentou mais uma vez a morte de Jean Charles de Menezes

e reafirmou solidariedade à sua família, ressaltando que o brasileiro se encontrava em situação regular na Inglaterra e não havia cometido delito de natureza grave.

– É importante que o Congresso Nacional seja informado sobre as providências que vêm sendo adotadas para garantir a vida dos inúmeros Jeans – concluiu o senador.

Fotos: J. Fiebig



DILIGÊNCIAS Suplicy quer esclarecimentos sobre assassinato em Londres e seqüestro no Iraque

Crivella prevê acordos para maior proteção a brasileiros no exterior

■ Para senador, morte de Jean Charles pode abrir caminho à modernização dos atos internacionais

O assassinato de Jean Charles de Menezes, morto por engano pela polícia britânica no dia 22, poderá abrir caminho para a adoção de novos acordos internacionais destinados a dar garantias e melhores condições de vida a brasileiros que moram no exterior. A previsão é do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), presidente da CPI da Emigração Ilegal, em entrevista à Agência Senado.

O senador cobra do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional providências para que o governo britânico peça, oficialmente, desculpas ao Brasil e ao povo brasileiro pelo assassinato de Jean. Ele defende a punição exemplar dos culpados, inclusive do chefe da polícia londrina, Ian Blair, e indenização à família de Jean, que, avaliou, poderá ficar entre US\$ 2 milhões e US\$ 3 milhões.

Para Crivella, o assassinato de Jean mostra “a barbárie a



POSTURA Presidente da CPI da Emigração Ilegal, Marcelo Crivella espera providências do governo visando pedido oficial de desculpa pela Inglaterra

que podem estar sujeitos os cerca de 2 milhões de brasileiros que vivem no exterior”. Por isso, anunciou que irá pedir ao ministro das Comunicações, Hélio Costa, a imediata criação de um número de telefone 0800 – de ligações gratuitas – para atender aos brasileiros que se encontram em dificuldades em qualquer parte do mundo.

De acordo com o presidente da CPI, é de fundamental importância, no momento, desbaratar no país as quadrilhas de “coiotes”, especializadas na agilização e no ingresso ile-

gal de brasileiros no exterior, principalmente nos Estados Unidos. A comissão foi criada para investigar crimes e demais delitos penais relacionados à emigração ilegal, com o objetivo de assegurar os direitos de brasileiros que residem no estrangeiro.

Como no cinema

Marcelo Crivella contou que os “coiotes” agem especialmente no leste do estado de Minas Gerais, seduzindo pessoas, geralmente as mais simples, com promessas mirabolantes, como pagamento de passagem

aérea para os Estados Unidos, mas sob uma condição: quando essas pessoas estiverem trabalhando na América, serão obrigadas a repassar aos “coiotes” cerca de US\$ 10 mil, em parcelas de US\$ 1 mil ou US\$ 1,5 mil.

Crivella destacou que, “diante dessa sedução”, nada menos que 25 mil brasileiros, somente no decorrer desse ano, foram à fronteira do México com os Estados Unidos. Contudo, salientou que a maioria desses brasileiros é presa, causando, aparentemente, grandes prejuízos aos “coiotes”.

– Mas os “coiotes” sempre levam grande número de pessoas de uma só tacada, já prevendo a prisão delas. É que, com a privatização dos presídios norte-americanos, o Estado desembolsa, diariamente, pelo menos num período de três meses, a quantia de US\$ 60 por brasileiro preso. Quer dizer: 2 mil brasileiros presos significam, para os donos dos presídios, US\$ 120 mil por dia – informou o senador, ao denunciar indícios de que os “coiotes” recebam propinas dos proprietários de presídios para ajudarem a enchê-los.

Desembarcam na terça mais repatriados

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Emigração Ilegal, senador Marcelo Crivella, viaja hoje para os Estados Unidos, com a missão de repatriar, em vôo *charter*, 301 brasileiros que se encontram detidos em Laredo, fronteira com o México. Ele informou que o retorno ao Brasil está previsto para a próxima terça-feira.

Marcelo Crivella vai aproveitar a oportunidade para discutir com as autoridades norte-americanas os benefícios de um projeto, em tramitação no Congresso dos Estados Unidos, que tem por meta principal conceder aos emigrantes três anos de visto – com direito à renovação por mais três anos –, para que todos possam viver e trabalhar com tranquilidade.

Com isso, observou, serão retirados da ilegalidade milhares de brasileiros que lá trabalham sem qualquer tipo de amparo, como carteira de trabalho, de motorista, seguro de vida ou previdência social. O senador adiantou ainda que convidará parlamentares norte-americanos para virem ao Brasil, a fim de detalhar o projeto aos integrantes da comissão.

Emigrantes superam a população de seis estados

Cerca de 2 milhões de brasileiros, o correspondente a 1% da população nacional, vivem no exterior. O número supera a população de pelo menos seis estados do país, segundo nota técnica da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, elaborada por Débora Bithiah de Azevedo. Esses estados e suas respectivas populações são: Rondônia (1,38 milhão); Acre (557 mil); Roraima (324 mil); Amapá (477 mil); Tocantins (1,2 milhão) e Sergipe (1,8 milhão). O número de migrantes nacionais no exterior iguala-se à população do Distrito Federal (2 milhões).

O país onde mora o maior número de brasileiros são os Estados Unidos (cerca de 750 mil pessoas); seguido do Paraguai (350 mil); Japão (250 mil); Portugal (65 mil); Itália (65 mil); Suíça (45 mil) e Reino Unido (30 mil). Cerca de outros 500 mil brasileiros estão espalhados em países da Europa e em todos os continentes.

Até a década de 80, segundo a Consultoria da Câmara, a saída de brasileiros para viver em outros países era bastante restrita, sendo significativa apenas a migração para o Paraguai, nos anos 1970, em busca de terra e trabalho no campo. A crise econômica da década de 80 promoveu o incremento da migração para o exterior, fenômeno que continua em pleno curso. De acordo com estimativas do Ministério das Relações Exteriores, em 1997 havia 1.496.476 brasileiros vivendo no exterior. No ano de 2002, os migrantes já somariam 1.964.498.

Corpo chega hoje ao Brasil

O corpo do brasileiro Jean Charles de Menezes, morto a tiros na semana passada, por engano, pela polícia britânica, chega hoje ao aeroporto de Guarulhos (SP), de onde seguirá para a cidade de Gonzaga (MG), sua terra natal.